

**SESSÕES DE DIÁLOGOS - RESUMO EXPANDIDO - CULTURAS  
ESCOLARES E FORMAÇÕES ÉTICO-ESTÉTICAS**

**ENTRECRUZAMENTOS NO CAMINHO: A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE  
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO CAP-UFRJ E DA POLÍTICA DE  
INCLUSÃO NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL**

*Thais Da Costa Motta (mottathais2015@gmail.com)*

*Thayná Marracho Marques (thaynamarracho@gmail.com)*

O Núcleo de Educação Especial e Inclusiva do Colégio de Aplicação da UFRJ (NEEI CAp-UFRJ) é um espaço pedagógico que tem por objetivo fomentar e articular de maneira sistêmica e transversal a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, a constituição da Política de Educação Especial e Inclusiva, no que se refere às culturas, políticas e práticas de inclusão em educação (SANTOS, 2015).

Seu processo de institucionalização iniciou-se após o primeiro concurso para professoras EBTT da Educação Especial no ano de 2019. Com o início do ano letivo de 2020, foram realizados os primeiros movimentos de pensar uma política de inclusão no âmbito do CAp-UFRJ, tendo como referência para este trabalho a tessitura coletiva de princípios inclusivos que têm sido traduzidos por meio das primeiras ações de ensino, pesquisa e extensão.

Para tal, demos início às interlocuções com a Direção Geral, a Direção Adjunta de Ensino (DAE), o Setor de Orientação Educacional (SOE) e demais Setores Curriculares para pensar a atuação do NEEI de modo articulado e transversalizado a todas as etapas. Tão logo iniciamos tais diálogos, fomos

atravessados pela suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia. Com as nossas rotas alteradas, percebermos a complexidade de constituir uma política de inclusão em uma escola sem chão, invadida por muitos não-saberes. Fomos lançados em um outro espaço-tempo que nos convocou a (re)pensar caminhos e (re)inventar, coletivamente, o que temos compreendido como inéditos viáveis (FREIRE, 1987).

A escola passou a se organizar através do site institucional CAp na Quarentena que teve como intenção “conectar a comunidade escolar durante o período de distanciamento social causado pela Covid-19” (CAp-UFRJ, 2020). Desta forma, o site passou a ser o lugar de encontro entre a comunidade escolar no momento em que fomos convidados a (re)criar uma escola outra, construindo assim, novas formas de manter os vínculos de afeto e com o conhecimento. Nesse momento, o CAp-UFRJ assume um trabalho organizado por projetos de caráter interdisciplinar, no qual as etapas e séries se organizam por meio de eixos temáticos dentro de cada projeto, realizando as interações através de propostas assíncronas.

A partir do trabalho por projetos interdisciplinares, propôs-se a experiência dos primeiros encontros síncronos. Neste momento, ainda com o objetivo de manutenção de vínculos entre a comunidade escolar e com o conhecimento. Os encontros remotos online foram organizados preconizando também o tempo de tela recomendado aos estudantes de acordo com cada faixa etária. Entretanto, ainda sem a obrigatoriedade da participação dos estudantes, a escola passa a pensar a importância do acesso aos meios tecnológicos por parte dos mesmos, e também, de como garantir a participação de todas e a todos diante de um contexto tão complexo. Dentre tantos desafios e questionamentos enfrentados, uma das inquietações que nos mobilizaram: Como pensar a reorganização do calendário letivo, a partir da decisão de não deixar ninguém para trás?

Diante de tantas (im)possibilidades, o que nos restava era a certeza, enquanto comunidade de práticas, que precisávamos nos manter juntos e militantes por nenhum a menos. Tendo estes princípios como suporte de nossas ações, foram pensados modos de interação de maneira que todos e todas tivessem igual direito ao acesso, permanência, participação e aprendizagem na escola. Deste modo, o CAp-UFRJ conquista junto à Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), a participação nos editais de auxílio emergencial e inclusão digital, sendo estes os primeiros a contemplarem a Educação Básica.

Após a garantia de acesso aos meios digitais pelos discentes, retomamos as discussões para a continuidade do calendário letivo excepcional de atividades não presenciais em 2020. Após intensa discussão, a escola reorganiza seu calendário letivo, garantindo as 800 horas de atividades não presenciais, conforme previsto no Parecer CNE/CP nº 05/2020 (BRASIL, 2020).

Nessa esteira de acontecimentos, nos vimos convocados a pensar não só as interações, mas também os princípios avaliativos nesse formato mediado por telas. Desse modo, a escola se reúne para discutir sobre a temática e com isso aprova uma Resolução referente às normas de avaliação e promoção durante o período de isolamento social. Na Resolução nº 05 de 2020 do Conselho Diretor do CAp-UFRJ , foi garantido aos estudantes público-alvo da Educação Especial que sua avaliação também seria realizada a partir dos apontamentos indicados nos Planos Educacionais Individualizados (PEI), além de toda e qualquer especificidade discutida e deliberada em reuniões de série e conselhos de classe voltadas a esses estudantes.

Diante de um caminho repleto entrecruzamentos e de acontecimentos inéditos, a cada desafio que se apresentava ou inquietações que surgiam, éramos mobilizados a repensar e a ressignificar o tínhamos de certezas até então. Visando a garantia da inclusão de todos os estudantes, percebemos que apenas fornecer os meios digitais não garantiam a inclusão de crianças e adolescentes. Fazia-se necessário ir além, considerando entre outras dimensões, as singularidades dos estudantes e de suas famílias.

Imbricado a todos estes movimentos estavam sendo tramados os primeiros fios de constituição da Política de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva no CAp-UFRJ. Dentre eles, o fio constituidor principal tem sido a opção pelo princípio de Ensino Colaborativo (VILARONGA, ZERBATO, 2014; CAPELLINI, ZERBATO, 2018).

O Ensino Colaborativo é compreendido como uma parceria entre docentes do ensino comum regular e os docentes da educação especial que se corresponsabilizam pelo planejamento, a regência e a avaliação, considerando o ensino e a aprendizagem de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades educativas especiais.

Deste modo, há nesta parceria uma intenção de favorecer as condições para que estes professores possam pensar a aula, o currículo e a avaliação de modo mais inclusivo, apontando para uma ideia de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) . Nesta proposição, o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) é desenvolvido nas turmas regulares do ensino comum e não apenas em Sala de Recursos. Para viabilizar tal opção, os professores substitutos da Educação Especial no CAp-UFRJ são contratados em regime de 40h semanais.

Assim, temos refletido nas reuniões do NEEI, que diante da complexidade (Morin, 2016) e exclusões que a pandemia “escancarou”, a corporificação dos sentidos de ensino colaborativo, tem sido vivida em radicalidade entre nós. Ao definirmos essas perspectivas inclusivas como suleadoras de nosso trabalho institucional, temos nos exigido um agir comprometido com as minorias e com as diferenças.

Todas as opções pedagógicas que temos feito exigem de nós a colaboração, a horizontalidade de relações, o planejamento coletivo e as decisões colegiadas. Isso tem se refletido na opção pela organização do currículo por projetos de trabalho; no planejamento colaborativo entre as áreas curriculares; na regência (com)partilhada; na avaliação processual e refletida coletivamente e na educação inclusiva das crianças com deficiência e necessidades específicas.

Uma importante demarcação para a constituição da Política de Educação Especial na perspectiva da inclusão se deu por meio da Resolução CAp-UFRJ Nº 01/2020 , que estabeleceu diretrizes para as atividades pedagógicas não presenciais durante o período de isolamento. Nela, no artigo 6º está prevista as reuniões pedagógicas com as famílias das crianças público-alvo da Educação Especial como estratégia pedagógica de inclusão no que se refere à constituição dos PEI'S (Planos Educacionais Individualizados) justificada por quatro dimensões principais: princípio humano e garantia de direitos; acolhimento ao outro e compreensão dos contextos individuais; orientação aos responsáveis quanto ao papel de facilitadores nas propostas virtuais; subsídio ao planejamento pedagógico e avaliação dos processos. A importância política do artigo 6º demonstra-se, pois, além de considerar as especificidades das crianças com deficiência, demarca a corresponsabilização dos diferentes envolvidos no processo de inclusão para além do NEEI. Entre eles, o SOE (Setor de Orientação Educacional), os diferentes Setores Curriculares, as famílias, as equipes multidisciplinares, a DAE (Direção Adjunta de Ensino) e a DG (Direção Geral).

Ao pensarmos mais especificamente na inclusão das crianças com deficiência, os desafios se complexificam, mas as opções pedagógicas baseadas nos princípios apontados têm nos levado a produzir inéditos viáveis. Deste modo,

temos discutido no NEEI, uma percepção de que essas experiências, a partir da noção de Ensino Colaborativo, tem nos dado a oportunidade de viver um transbordamento deste conceito. Isso porque, ao constituirmos juntos os movimentos de inclusão, envolvendo não apenas os docentes na dimensão do ensino, mas estudantes, famílias, equipes multidisciplinares e a gestão escolar; temos percebido essa trama como uma rede colaborativa de inclusão.

Referências:

- CAPELLINI, Vera. L. Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. O que é ensino colaborativo? 1ed. São Paulo: Edicon, 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina; 2006.
- SANTOS. Mônica Pereira. Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade: Uma Tessitura Omnilética. In: Castro, Paula A. (org.) Inovação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Campina Grande: Editora Realize, 2015.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar – Unindo Esforços entre Educação Comum e Especial. Editora UFScar: São Paulo, 2018.